

IJ00296
7843/1987

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

RELATÓRIO DE ATIVIDADES,
PONTOS DE ESTRANGULAMENTO E
PROPOSTAS DE ATUAÇÃO DO ÓRGÃO PARA O
GOVERNO MAX MAURO

ELABORADO A PARTIR DE SEMINÁRIOS DE DISCUSSÕES INTERNAS

não
circula

0.296

IJ00296
7843/1987

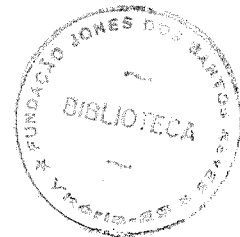
JANEIRO/1987



Palatino

651.78
359r

7843187
0296



APRESENTAÇÃO

Diante das novas perspectivas que se abrem para a administração do Governo Estadual com a eleição do Governador Max de Freitas Mauro, mais especificamente no que diz respeito às propostas de participação popular, dinamização e descentralização da máquina administrativa do Estado, o Instituto Jones dos Santos Neves vem realizando esforços, com vistas a fornecer subsídios para efetivação dos mesmos.

Neste sentido, a Diretoria do Instituto Jones dos Santos Neves promoveu um processo de discussão interna no órgão, com a ampla participação dos seus servidores, cujo resultado originou o presente documento. Este, apresenta de forma sintética, as atividades do órgão e seus principais pontos de estrangulamento e proposta de atuação para o novo governo.

Outrossim, o esforço de contribuir para a futura administração Max Mauro representa as expectativas e confiança dos servidores do IJSN, no governo que em breve se inicia.



I - RELATÓRIO DE ATIVIDADES - HISTÓRICO

A década de 70 representou para o Espírito Santo o surgimento de grandes plantas industriais - CST, Aracruz Celulose, dentre outras -, as quais provocaram grandes alterações na estrutura urbana, principalmente na região da Grande Vitória.

No sentido de minimizar os efeitos desagregadores - ao nível do espaço físico da Grande Vitória - do acelerado processo de industrialização, o Governo Estadual criou a Fundação Jones dos Santos Neves, através da Lei 2.993 de 30 de julho de 1975.

No breve período de 75/80, a atuação do órgão foi bastante produtiva, seja atuando junto ao Governo do Estado; no sentido de propiciar a captação de recursos federais, em diversas áreas, seja realizando estudos e projetos, como pode-se citar:

- Estudos para Implantação do Aquaviário;
- Estudos para Implantação da Rodoviária;
- Plano de Ação Imediata de Transporte e Trânsito - PAITT;
- Estudos para a criação do CODIVIT - Conselho de Desenvolvimento Industrial da Grande Vitória;
- Diagnóstico da Situação Administrativa dos Municípios do Estado;
- Planos Diretores Urbanos de Vitória, Serra e Vila Velha;
- Plano de Preservação do Patrimônio Ambiental e Histórico da Grande Vitória
- Plano de Regionalização do Estado - elaboração de informações estatísticas sobre a realidade do Espírito Santo;
- Exame e Anuência prévia dos novos projetos de loteamento.

Em 1980, o Governo Eurico Resende implementou uma política de achatamento salarial, que teve repercussão direta na Fundação Jones dos Santos Neves: o Decreto 1.469-N, de 27 de outubro de 1980, altera a sua condição institucional de fundação para a condição de autarquia, vinculada à Secretaria Estadual de Planejamento, passando a se denominar Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Com a transformação da Fundação em Instituto, perdeu-se a dinamicidade, ao mesmo tempo em que, mais atrelado à estrutura estadual, notadamente pelos liames administrativos, ocasionou-se uma redução da própria capacidade de atuação do órgão. Vários projetos foram "desaquecidos", não por sua importância, mas devido às condições financeiras desfavoráveis, estando entre eles as atividades ligadas à área de estudos especiais e ao planejamento urbano.

Nesse mesmo ano de 1980, através do Programa Especial Cidades de Porte Médio - CPM/BIRD, o IJSN assistiu a uma ampliação considerável de suas atividades, bem como de seu quadro de pessoal chegando, até mesmo, a atuar ao nível da execução de projetos. Dentre os projetos e estudos realizados com recursos externos - CPM/BIRD - pode-se citar:

- Plano Diretor de Transportes Coletivos - TRANSCOL;
- Projeto de Ampliação, Construção e Reformas de Postos de Saúde;
- Projeto de Ampliação, Construção e Reforma de Escolas;
- Estudos do Setor Informal da Grande Vitória;
- Política Urbana para Cariacica;
- Estudos da Bacia do Rio Aribiri;
- Projetos de Habitação e Urbanização para as áreas carentes de Santa Rita, Porto de Santana, Maria Ortiz e Santa Tereza.

No período 80/86, o Instituto Jones dos Santos Neves realizou também outras atividades, tais como:

- Elaboração do Programa de Desenvolvimento Regional Integrado - diagnóstico das atividades sócio-econômicas ao nível das cinco regiões político-administrativas do Estado;
- Exame e anuência prévia dos novos projetos de loteamento- cumprimento da Lei Federal nº 6.766, de parcelamento do solo;
- Elaboração de legislação urbanística para os municípios - Lei de Parcelamento do Solo, Código de Obras, Lei de Perímetro Urbano, Código de Posturas e outras;
- Elaboração de Cadastros fiscais e imobiliários dos municípios;
- Apoio a programas setoriais: lazer, patrimônio histórico e proteção ambiental;
- Vôo aerofotogramétrico da região da Grande Vitória;
- Estudos da Rede Urbana e Projeções Populacionais até o ano 2.010, para vilas e povoados, em todo o Estado;
- Estudo da evolução do Setor Industrial no Espírito Santo a partir de 1850;
- Anteprojetos de Legislação Urbanística dos Municípios de Santa Maria do Jetibá, Itarana, Boa Esperança e Jaguaré e das Reservas Ecológicas de Piraquê-Açu e Lagoa Baixa, em Aracruz, dentre mais de vinte municípios;
- Plano Piloto de Aracê;
- Legislação de Parcelamento do Solo e Áreas de Interesse Ambiental e Paisagístico dos Municípios Litorâneos do Espírito Santo;
- Gerência do Subprojeto - AGLURB/Vitória - viabilização das propostas do TRANSCOL, abrangendo aspectos físicos, tarifários, operacionais e institucionais do sistema de transporte público. Estruturação da CETURB - Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória. Capacitação de pessoal ligado à área de transportes.

Mais recentemente, a partir de 1985, foi implantada uma nova forma organizacional para o Instituto, a fim de melhor adequar sua estrutura às atividades fins.

Esta nova estrutura tem forma matricial, ou seja, combina um arranjo organizacional de unidades de projetos, os quais se encontram alocados nos seguintes departamentos:

DTU - Departamento de Estudos e Projetos Urbanos;
DTS - Departamento de Estudos e Projetos Especiais;
DTI - Departamento de Informações e Pesquisas Básicas;
DTR - Departamento de Estudos Regionais;
DTC - Departamento de Comunicação Social e Recursos Audiovisuais;
Assessorias de Planejamento, Jurídica e de Imprensa.

Paralelamente, são mantidas as seguintes subestruturas:

UAS - Unidade Administrativa dos Subprojetos CPM/BIRD
UG/AGLURB/Vitória - Unidade de Gerência do Subprojeto Aglomerados Urbanos - MT/EBTU-BIRD.

Concomitantemente a consolidação da nova estrutura organizacional, iniciou-se uma nova política, centrada em direcionar os trabalhos do IJSN, não mais na ação **clientelista** de elaboração dos projetos, mas sim na ação de apoio ao planejamento das Secretarias Estaduais e Prefeituras Municipais, através de formação de equipes compostas por técnicos destas secretarias e prefeituras, possibilitando a formação, na prática, de recursos humanos e de organização das informações necessárias para estas instâncias de decisão.

Atualmente o IJSN vem desenvolvendo as seguintes atividades:

DEPTº	ATIVIDADES	SITUAÇÃO	ORGÃOS ENVOLVIDOS
DTR	. Programa de Planejamento da Rede de Equipamentos de Saúde - Levantamento e Cadastramento de Equipamentos de Saúde do Espírito Santo	Em negociação	COPLAN/IJSN, SESA, INAMPS, UFES, MS/DRS, PMs. (Prefeituras Municipais)
	. Programa do Planejamento da Rede Escolar - Estudo da Oferta e Demanda Escolares do Espírito Santo	Em execução	SEDU, COPLAN, IJSN e PMs.
	. Estudos sobre a Natureza Estrutura e Perspectivas do Setor Industrial ES - 1956/1986	Em Execução	IJSN, COPLAN, BANDES, GERES, FINDES, IDEIES, SEIC, e UFES.
	. Programa de Implementação do Modelo Energético Beasileiro - PIMEB/ES	Em execução	SEIT - COPLAN IJSN
	. Estudo do Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo vinculado aos Grandes Projetos	Em conclusão	COPLAN - GERES BANDES - IJSN UFES/NEP - FINDES SOMEA
	. Cadastro dos Grupos Sociais Organizados da Grande Vitória	Em execução	IJSN, PMs
	. Levantamento e Cadastramento do Patrimônio Natural e Cultural do Espírito Santo	Em execução	MINC, COPLAN IJSN - PMs, SEDU
. Programa de Saneamento Rural	Em execução	IJSN, COPLAN, CESAN, SESA	
DTU	. Programa de Apoio ao Planejamento Municipal - 1986/1987: - Lei do Perímetro Urbano, Lei de Parcelamento do Solo Urbano, Código de Obras, Lei de uso e ocupação do Solo, Programa de Regularização de Loteamentos, Código de Posturas (Política Administrativa), Lei de Numeração e Emplacamento de Vias, Lei de Proteção do Patrimônio Natural e Cultural,	Em execução	BNH - BIRD COPLAN-IJSN PMs, CESAN CVRD

Continua

Continuação

DEPTº	ATIVIDADES	SITUAÇÃO	ORGÃOS ENVOLVIDOS
	Lei de Organização Administrativa e Plano de Cargos e Salários, Lei Orçamentária Código Tributário Municipal e Planos Especiais (turismo, saúde, etc.)		
	- Política Habitacional para o Espírito Santo	Em andamento	IJSN - COPLAN - BNH CEF - COHAB - CESAN - SEBS
	- Exame e anuência prévia dos novos projetos de loteamentos	Em execução	COPLAN, IJSN
DTS	- Plano Diretor de Transportes Urbanos da Grande Vitória - PDTU - Transportes de Carga, passageiros, Táxis, Bicicletas e Sistema Viário	Em Execução	EBTU-COPLAN IJSN - PMs
	- Plano Diretor de Transportes Urbanos de Colatina e Cachoeiro de Itapemirim	Em negociação	IJSN - PMs - EBTU
	- Projeto de Monitoração do AGLURB-VITÓRIA	Em execução	EBTU - COPLAN IJSN-CETURB
DTI	. Atualização dos indicadores econômicos para o Espírito Santo - 1975/85	Em formulação	IJSN
	. Cálculo da Renda Interna do Espírito Santo	Em execução	IJSN - GERES
	- Sistema Cartográfico do Espírito Santo	Em execução	ITC - IJSN
	- Cobertura Aerofotogramétrica do Espírito Santo	Em negociação	IJSN-COPLAN, ESCELSA, CESAN, TELEST, PMs
	- Restituição Aerofotogramétrica da Grande Vitória	Em negociação	IJSN, COPLAN, ESCELSA, CESAN, TELEST, PMs

Continua

Continuação

DEPTº	ATIVIDADES	SITUAÇÃO	ORGÃOS ENVOLVIDOS
	- Adequação da Base Cartográfica do censo do IBGE aos Mapas das Comunidades do Espírito Santo	Em negociação	IJSN - IBGE - PMS
	- Projeto de Automação e Modernização da Biblioteca do IJSN	Em negociação	IJSN
	- Sistema Municipal de Informações Comunitárias - SMIC	Em execução	COPLAN/IJSN PMS - Secretaria do Es- tado - MDU - IBGE
DTC	- Edição e Publicação da Revista do IJSN - trimestrais	Em execução	IJSN
	- Edição dos Livros:		
	- COLEÇÃO Temas Capixabas:		
	. Logradouros Antigos de Vitória - Elmo Elton	Editado	IJSN
	. A Trajetória do Imigrante Libanês no ES - Mintaha Alcure Campos	Em execução	IJSN
	. A Mulher na História do ES - Maria Estela de Novais	Em execução	IJSN
	- Cadernos de Estudos da Realidade Capixaba:		
	- SÉRIE REALIDADE ECONÔMICA CAPIXABA:		
	. Volume I - Dinâmica Cafeeira e Constituição de Indústrias no ES - 1850/1930	Em programação	IJSN
	. Volume II - Alguns Aspectos do Desenvolvimento Econômico do ES - 1930/1956	Em programação	IJSN
	. Volume III - Economia Capixaba - 1950/80	Em programação	IJSN
	- SÉRIE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS DO ES:		
	. Volume I - Estudos Populacionais e Rede Urbana do ES	Em programação	IJSN
	. Volume II - Perfil dos Povoados	Em programação	IJSN
	. Volume III - Migração Italiana no ES	Em programação	IJSN

Continua

Continuação

DEPTº	ATIVIDADES	SITUAÇÃO	ORGÃOS ENVOLVIDOS
	. Assessoramento aos Departamentos do IJSN, com relação a publicações <u>di</u> versas	Em execução	IJSN
	. Divulgação das campanhas publicitárias do IJSN	Em execução	IJSN
UG AGLURB/ VITÓRIA	Gerenciamento do Subprojeto AGLURB - VITÓRIA: - acompanhamento financeiro, administrativo e juridico - análise de projetos e fiscalização de obras do sistema viário, <u>signaliza</u> <u>ção</u> , abrigos e terminais urbanos de integração - execução do programa de capacitação de pessoal dos sistemas gestor e ope rador de transporte urbano da Grande Vitória - Apoio financeiro à implantação da CETURB-GV	Em Execução	EBTU - SEIT COPLAN - IJSN CETURB- DETRAN - PMS/GV CIAPTRAN - Empresas <u>0</u> peradoras

II - PRINCIPAIS PONTOS DE ESTRANGULAMENTO

Dentre os principais entraves que vêm impedindo o Instituto Jones dos Santos Neves de potencializar as suas ações e, dessa forma, maximizar o seu desempenho como órgão de apoio ao planejamento estadual e municipal, podemos citar a política salarial, a política de pessoal e as condições políticas e administrativas do órgão, como veremos:

A POLÍTICA SALARIAL

Desde a transformação do órgão de fundação para autarquia, o Instituto vem sofrendo uma perda salarial sucessiva. A primeira delas foi a suspensão dos reajustes semestrais e a partir daí a sua concessão anual em desacordo com as bases inflacionárias. Atualmente o órgão encontra-se em situação salarial bastante defasada - em torno de 66% - da situação das demais autarquias estaduais.

Esta situação tem provocado uma constante evasão de pessoal qualificado do órgão para outros órgãos públicos e privados e, até mesmo para outros estados, bem como uma situação de descontentamento e desmotivação dos funcionários, o que implica diretamente na queda de produtividade do Instituto, chegando mesmo a inviabilizar, em alguns casos, a realização de prazos contratuais.

A POLÍTICA DE PESSOAL

A falta de definição de uma política de pessoal para o órgão, vem ocasionando problemas internos bastante graves para o IJSN.

Com a transformação do Órgão em Instituto, adotou-se uma política de contratação de servidores para atender inclusive as necessidades de pessoal de outros órgãos, ou seja, o Instituto passou a ser um instrumento de alocação de recursos humanos. Isto resultou num crescente aumento das despesas com pagamento de pessoal e na redução do montante de recursos destinados ao custeio das demais atividades, verificando-se o agravamento dos problemas ligados ao suporte administrativo e de adequação do quadro de pessoal às necessidades específicas do Órgão. Na atualidade, cerca de 52% dos servidores do IJSN estão alocados em outros órgãos da Administração Estadual (conforme quadro na página seguinte).

Além disto, a ausência de critérios para admissão e enquadramento salarial de pessoal vem provocando fortes disparidades salariais internas, implicando em situação de extrema injustiça para grande parte de funcionários dedicados ao trabalho, o que provoca, cada vez mais, o sentimento de descrédito e desmotivação.

Outra grande deficiência apresentada diz respeito a inexistência de uma política de aperfeiçoamento ou capacitação de pessoal. Esta deficiência tem levado ao não aproveitamento das potencialidades técnicas do órgão e de seus servidores, pois os critérios usualmente utilizados para formação de pessoal são puramente de apadrinhamento.

A política para aproveitamento de pessoal também é falha e, por vezes, autoritária. Isto, por exemplo, faz com que sejam contratados técnicos de fora, quando existem aqueles dentro do órgão capazes de desempenhar as mesmas funções.

SERVIDORES DO IJSN - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - JANEIRO DE 1987

ÓRGÃO	FUNCIONÁRIOS	
	QUANTIDADE	PERC. (%)
IJSN	138	47,9
COPLAN	78	27,0
UFES	5	1,7
SECR. SAÚDE	3	1,0
SEIT	2	0,6
SEAR	11	3,8
DETRAN	1	0,3
DEE	3	1,0
PMV	1	0,3
PMVV	1	0,3
SEJU	1	0,3
UG/AGLURB	13	4,5
SEDU	3	1,0
CETERPO	15	5,2
SEIC	2	0,6
DEO	1	0,3
SEFA	4	1,3
CETURB	1	0,3
LICENÇA REMUNERADA	4	1,3
PRODEST	1	0,3
TOTAIS		
IJSN	138	47,9
OUTROS	150	52,1
TOTAL GERAL	288	100,0

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Nos últimos anos, o Instituto viu deteriorar suas condições de trabalho, principalmente pela perda de autonomia e peso político dentro da esfera de planejamento estadual. Hoje, o que observamos é um não aproveitamento das suas potencialidades técnicas, principalmente pela falta de apoio político. A própria ausência de uma política de direcionamento global traz como consequência, uma insegurança dos técnicos perante a sua própria atividade.

Um dos problemas sérios que o órgão vem enfrentando atualmente é em relação ao espaço físico. Os departamentos e projetos estão dispersos em subsedes situadas em locais diferentes. Isto vem provocando prejuízos na integração e acompanhamento das atividades.

Acrescenta-se ainda, a inexistência de uma estrutura de informatização impondo a realização de atividade e procedimentos que estão muito aquém das necessidades e da realidade atual.

III - PROPOSTAS

Em função dos problemas abordados no item anterior, o Seminário Interno dos Servidores do IJSN, apontou as seguintes propostas:

A - PROPOSTAS IMEDIATAS

- Reajuste imediato dos salários para eliminar a defasagem acumulada nos últimos anos, em relação as outras autarquias do Estado, como: ITC, PRODEST, DIO, DER, EMCAPA, etc... Esta reivindicação foi apresentada à JEPS, que após análise, em novembro/86, comprometeu-se a colocá-la em prática em janeiro/87.
- Eleição direta, por lista tríplice, para Diretor Superintendente e Coordenadores Técnico e Administrativo do IJSN.
- Formação de um grupo de trabalho, com participação de servidores, para formular e operacionalizar a reestruturação administrativa do órgão.

B - PROPOSTAS PARA REESTRUTURAÇÃO DO ÓRGÃO

- Transformação do IJSN em Fundação voltada para a promoção de estudos e apoio ao planejamento do Estado do Espírito Santo, restaurando a autonomia administrativa e financeira do órgão.
- Reestruturação organizacional interna, com transformação dos Departamentos em Centros de Estudos Específicos e Integrados - Ec: Centro de Estudos Sócio-econômicos, Culturais, de Meio Ambiente, de Gestão Urbana, de Documentação e Cartografia, etc.

- Dotar a Fundação de Estatuto e Plano de Cargos e Salários que contem plem a valorização profissional de seus quadros, tanto da área técnica como administrativa.
- Compatibilização entre estrutura de trabalho e espaço físico: resolver o problema da pulverização do órgão em várias subsedes, que causa desagregação das equipes/corpo de funcionários, além do aumento de custos. Ou seja: sede própria adequada à nova estrutura organizacional.
- Informatização do órgão, utilizando-se dos recursos de micro-informática nos projetos.
- Dotar a Fundação de uma política de Recursos Humanos, que regulamente o acesso e possibilite o aprimoramento contínuo de seus quadros técnicos e administrativos.
- Função da Fundação:
 - A - APOIO AO PLANEJAMENTO NO ÂMBITO DO GOVERNO ESTADUAL:
 - Incentivar a prática do planejamento como atividade sistemática das Secretarias de Estado, organizando e realizando estudos, treinando os recursos humanos para implantação e manutenção do sistema de informações; elaboração de planos, projetos e instrumentos legais necessários para apoiar as decisões do executivo estadual e seus colegiados. (Aporte metodológico, capacitação de recursos
 - B - APOIO AO PLANEJAMENTO MUNICIPAL
 - Incentivar a prática do planejamento como atividade sistemática das Prefeituras Municipais, treinando recursos humanos para realização dos estudos, organização e manutenção das informações, elaboração de planos e projetos e instrumentos legais necessários para apoiar as decisões do executivo municipal e de seus colegiados.

- Objetivos Específicos:

A - Auxiliar as Secretarias de Estado, Assembléia Legislativa, prefeituras e Câmaras Municipais na elaboração de legislação urbanística, tributária, administrativa e demais instrumentos legais pertinentes ao município e ao Estado.

B - Auxiliar as administrações estadual e municipais na sistematização progressiva de todos os elementos informáticos considerados importantes no desenvolvimento de suas atividades de programação - Sistema Municipal de Informações Comunitárias -, de forma a:

b.1) Sistematizar de forma descentralizada todas as informações sobre comunidades e municípios em uma única prática operacional.

b.2) Realimentar as atividades de Planejamento em todas as instâncias de decisão (Comunitária, Municipal, Estadual e Federal) num processo contínuo e gradual.

b.3) Transformar, a médio e longo prazo as informações levantadas em linguagem informática, aproveitando os meios de computação digital - PRODEST, visando a utilização de equipamentos e SOFT-WARE de processamento gráfico e geoprocessamento.

b.4) Permitir a seleção de áreas críticas para atuação com programas específicos de apoio ao desenvolvimento regional e/ou comunitário.

b.5) Possibilitar a caracterização sócio-econômica e cultural das comunidades urbanas e rurais dos Municípios, bem como da qualidade física das áreas residenciais, renda familiar, situação educacional e de saúde, etc!

b.6) Identificar tendências dos processos de desenvolvimento e de expansão, bem como das potencialidades das comunidades.

b.7) Localizar e dimensionar as carências de infra-estrutura (água, esgoto, sistema viário, eletrificação, etc.) e quanto aos aspectos sociais (saúde, escolas, etc) das comunidades.

- C - Promover o treinamento de Equipes locais através de seu envolvimento prático nas atividades do Planejamento Setorial e Municipal e/ou através de cursos e seminários programados com esta finalidade.
- D - Buscar o aperfeiçoamento do Sistema de Arrecadação de Impostos Estadual e Municipal, mediante a racionalização e a introdução de novos mecanismos, de forma a ampliar o alcance dos tributos.
- E - Possibilitar a concepção de uma estrutura administrativa para o governo local, levando em conta suas particularidades e potencialidades, com vistas a minimizar disfunções existentes.
- F - Apoiar a realização de seminários regionais para integração das ações dos Governos Estadual/Municipal.

